



CORONEL VALENÇA

Oficial R1 Formulador Doutrinário do Centro de Doutrina do Exército.



MAJOR SHOJI

Oficial Formulador Doutrinário do Centro de Doutrina do Exército.

CONFLITO ISRAEL-HAMAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSUNTOS CÍVIS

A Guerra da Palestina é um conflito de longa data que remonta à criação do Estado de Israel, em 1948, marcado por ressentimentos profundos e disputas territoriais na região, especialmente na Faixa de Gaza e nos países vizinhos de Israel.

A Faixa de Gaza e a Cisjordânia, territórios densamente povoados, tornaram-se focos de confrontos entre israelenses e palestinos. Nos dois enclaves, há restrições de movimento e o acesso a recursos básicos é limitado. Esta situação tem contribuído para um ciclo de violência e instabilidade, exacerbando as tensões entre os dois povos e gerando um terreno fértil para conflitos armados e confrontos frequentes.

Os países vizinhos de Israel, como Jordânia, Egito, Síria e Líbano, também têm desempenhado papéis significativos no contexto do conflito, seja apoiando grupos palestinos, participando de confrontos diretos com Israel ou buscando soluções diplomáticas para a questão palestina. Essas relações complexas e interconectadas têm influenciado a dinâmica regional e a percepção do conflito tanto dentro quanto fora das fronteiras de Israel.

A Resolução 181, de 1947, da Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou a partilha da Palestina em dois estados, um judeu e um árabe, sendo um marco histórico

que desencadeou uma série de eventos que culminaram na fundação de Israel. No entanto, a implementação dessa resolução gerou controvérsias e descontentamento junto aos palestinos, contribuindo para a escalada das hostilidades e a perpetuação do conflito na região.

O Hamas, oficialmente conhecido como Movimento de Resistência Islâmica, surgiu na Faixa de Gaza, em 1987, durante a primeira intifada, como uma organização política e militar palestina de orientação sunita islâmica. Desde então, tornou-se um dos grupos mais extremistas na região, estabelecendo-se como uma das principais organizações de resistência dos palestinos, com atuação tanto social, auxiliando a população, quanto política e militar, combatendo Israel.

A partir da Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel passou a controlar a Faixa de Gaza, que pertencia ao Egito. Após uma série de crises entre os palestinos e israelenses, as tropas israelenses se retiraram totalmente da região em 2005. Em 2006, o Hamas venceu as eleições legislativas palestinas, passando a controlar o enclave, apesar de Israel ter mantido o controle de vários pontos de acesso ao território. Em 2007, o Hamas expulsou o grupo palestino rival Fatah da região, passando a governar o enclave praticamente sem uma oposição constituída.

Em 7 de outubro de 2023, o grupo fundamentalista islâmico Hamas realizou uma infiltração no território israelense, realizando massacres e sequestrando reféns. Com mais de 1.300 mortos do lado israelense, o ataque foi o maior ocorrido dentro do território de Israel e é considerado o pior atentado terrorista, desde o ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001.

Para se contrapor ao ataque, Israel teve que dividir seus esforços em duas frentes: eliminar o grupo Hamas e resgatar os mais de 250 reféns, dentro do território de Gaza; e proteger os civis israelenses dentro do território de Israel, particularmente os que viviam nas adjacências da Faixa de Gaza, Síria e Líbano.

Em ambas as frentes, a estrutura de Assuntos Cívicos de Israel teve papel relevante. Em Gaza, os combates continuam ocorrendo, em meio a uma pressão internacional sem precedentes pela garantia da proteção dos civis palestinos.

O presente artigo tem o objetivo de analisar as ações de assuntos cívicos e as suas influências nas atividades e decisões, desde o nível político até o nível tático, concluindo sobre

os ensinamentos que podem ser úteis para a doutrina militar nacional. Cabe ressaltar que o conteúdo foi coletado em sites governamentais, de organizações internacionais e de notícias, tendo sido realizada, ainda, uma entrevista com o Coronel de Infantaria Fabrício Moreira de Bastos, atual Adido de Defesa, Naval e do Exército junto à Representação Diplomática do Brasil no Estado de Israel.

A CAPACIDADE OPERACIONAL ASSUNTOS CIVIS EM ISRAEL

Israel possui duas estruturas permanentes de Assuntos Civis: a Unidade de Coordenação das Atividades Governamentais nos Territórios (*Unit*

for the Coordination of Government Activities in the Territories - COGAT) e o Comando do Interior (*Home Front Command - HFC*).

A COGAT é responsável por implementar a política civil do governo nos territórios da Judeia e Samaria e na Faixa de Gaza, em coordenação e cooperação com o Ministério da Defesa e outros órgãos governamentais, em vários setores.

A unidade é responsável pela coordenação e ligação com a Autoridade Nacional Palestina (ANP) e está subordinada ao Ministro da Defesa de Israel. Atualmente, é chefiada por um *major general*, membro do Estado-Maior Geral das Forças de Defesa de Israel (FDI), sendo uma organização interagências, formada por militares e civis.

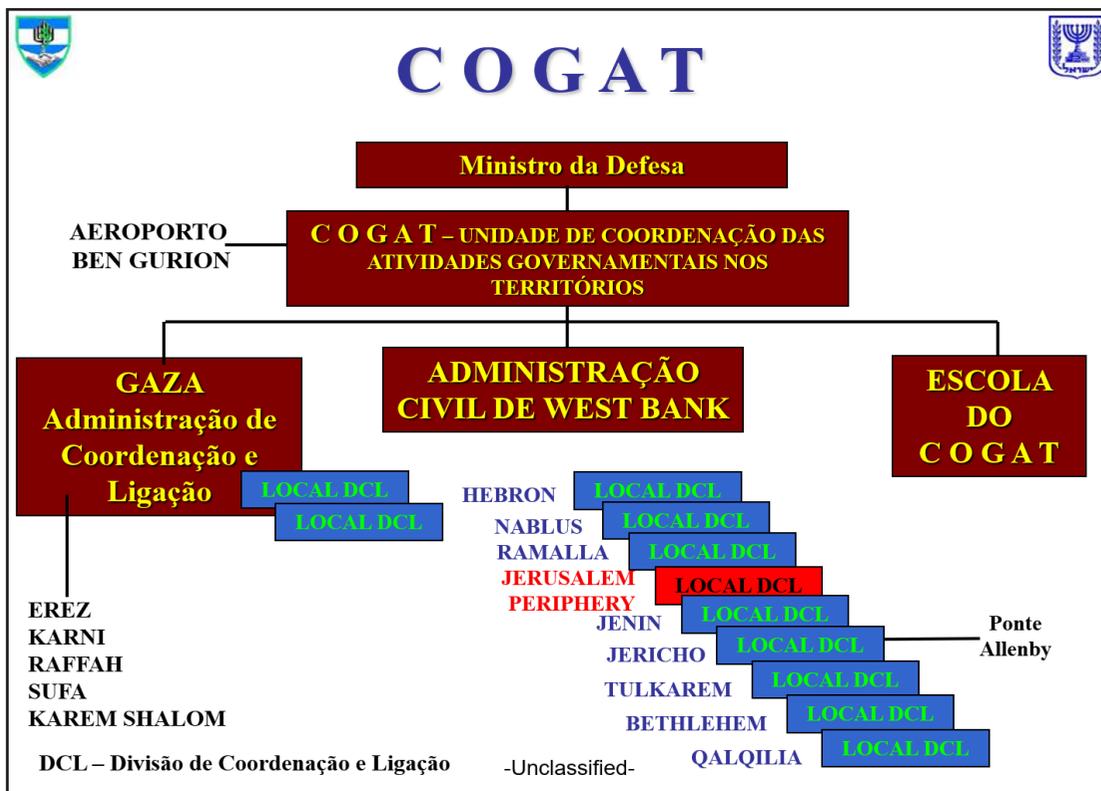


Fig 1 – Organização do COGAT

Fonte: Apresentação do COGAT (entrevista: Cel Inf Fabrício Moreira de Bastos).

A COGAT atua em quatro campos: Coordenação Civil; Coordenação de Segurança; Organizações Internacionais; e Escola de Coordenação e Ligação.

A Coordenação Civil é o ramo responsável por criar e manter relações com os seus homólogos palestinos, bem como trabalhar diretamente com a população palestina da Judeia e Samaria e na Faixa de Gaza, para o bem-estar dos residentes que vivem naquelas regiões. As coordenações são realizadas com foco em atender às seguintes necessidades: tratamento médico em Israel; transferência

de equipamento médico, comércio e desenvolvimento econômico; e organização de conferências profissionais conjuntas nas áreas da medicina, agricultura e medicina veterinária, entre outras. Além disso, a Administração Civil da Judeia e Samaria e a Administração de Coordenação e Ligação (CLA) da Faixa de Gaza operam centros para a emissão de autorizações de entrada em Israel, bem como centros humanitários, abertos 24 horas por dia, para responder a pedidos de informação da população palestina e da comunidade internacional.

Na Judeia e Samaria, há uma Coordenação de Segurança entre as forças de segurança israelenses (FDI e polícia israelense) e as forças de segurança palestinas. A manutenção da coordenação de segurança é essencial para ambos os lados, uma vez que estas forças ajudam a preservar a estabilidade da situação de segurança na Judeia e na Samaria. Ambas as partes colaboram constantemente em reuniões, seminários e exercícios conjuntos de formação para fortalecer e melhorar a cooperação em segurança, a fim de manter a estabilidade em toda a região.

No que diz respeito à Faixa de Gaza, toda a coordenação de segurança foi imediatamente suspensa após a tomada do poder pela organização terrorista Hamas, em 2007. A coordenação de segurança foi interrompida de acordo com a política governamental, resultando numa transição para um quadro que se limita estritamente à coordenação de questões civis.

A Divisão de Coordenação e Ligação (DCL) com Organizações Internacionais trabalha em estreita cooperação com representantes da comunidade internacional que operam na região, com o objetivo de promover projetos com financiamento estrangeiro para o bem-estar da população palestina local. Outras mais de 200 organizações internacionais também operam na Judeia e Samaria e na Faixa de Gaza. Entre estas estão diversas agências da ONU, agências de ajuda governamental e organizações não governamentais. O apoio da comunidade internacional expressa-se, principalmente, nos seguintes campos: apoio orçamentário à Autoridade Nacional Palestina, desenvolvimento e reforço de competências profissionais entre a população palestina e execução de projetos de infraestruturas na Judeia e Samaria e na Faixa de Gaza.

A Escola de Coordenação e Ligação é responsável por treinar e preparar militares e civis para seu trabalho nas disciplinas de coordenação e ligação dentro da Unidade COGAT. Ao longo da sua formação, os alunos recebem as ferramentas e conhecimentos necessários para prestar assistência profissional às populações com as quais irão trabalhar no terreno. O programa de treinamento inclui cursos em diversas disciplinas: islã, cristianismo, línguas inglesa e árabe, comunicação interpessoal, coordenação civil e organizações internacionais.

No plano interno, o Comando do Interior foi criado em fevereiro de 1992 com os seguintes objetivos: melhorar a cooperação interagências entre os órgãos governamentais israelenses que atuam na área de proteção de civis; liberar os comandos regionais das FDI para lidar com a linha de frente; e estabelecer responsabilidades claras entre as autoridades do país.

O principal objetivo do Comando é garantir a proteção do povo israelense durante conflitos armados, desastres e emergências. O HFC fornece gestão, proteção, resgate e socorro, além de contribuir para o planejamento, a mitigação, a resposta e a recuperação em situações de emergência. O Comando trabalha em coordenação com várias organizações, como a Polícia de Israel, a Autoridade de Incêndio e Resgate e a Autoridade Nacional de Emergência. O comandante do Comando do Interior é um *major general* que integra o Estado-Maior das FDI, sendo também o chefe do Serviço de Defesa Civil Nacional.

O HFC trabalha com o conceito fundamental denominado "Triângulo Dourado", que garante que cada civil saiba exatamente como responder e reagir da forma mais eficiente em face a situações de risco de vida. O triângulo é formado por três pilares: explanação e educação; alarme e alerta; e proteção.

O Comando é dividido em cinco distritos: o Distrito Norte, o Distrito de Haifa, o Distrito de Jerusalém e Central, o Distrito de Dan e o Distrito Sul. Cada distrito é dividido em várias regiões. Os distritos possuem batalhões de resgate de reserva que são treinados para realizar operações de busca e salvamento, sendo ativados em momentos de emergência.

O objetivo dos distritos é estar em contato constante com as autoridades locais, organizações de emergência e ministérios do governo, a fim de preparar a população para emergências por meio de treinamento, exercícios e instruções apropriadas para salvar vidas. O comando também conta com a Brigada de Resgate e Adestramento, que é composta por quatro batalhões de combatentes treinados para operações de infantaria e salvamento.

O Comando do Interior também treina e opera a Unidade Nacional de Busca e Salvamento, formada por reservistas

profissionais em suas áreas, que permanece em plantão permanente. A unidade é solicitada, em certas ocasiões, para operar fora de seu território, tendo operado no Nepal, no Haiti e nas Filipinas. No Brasil, 136

militares dessa Brigada foram condecorados com a medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, após terem atuado nas buscas dos desaparecidos na tragédia em Brumadinho-MG, em janeiro de 2019.

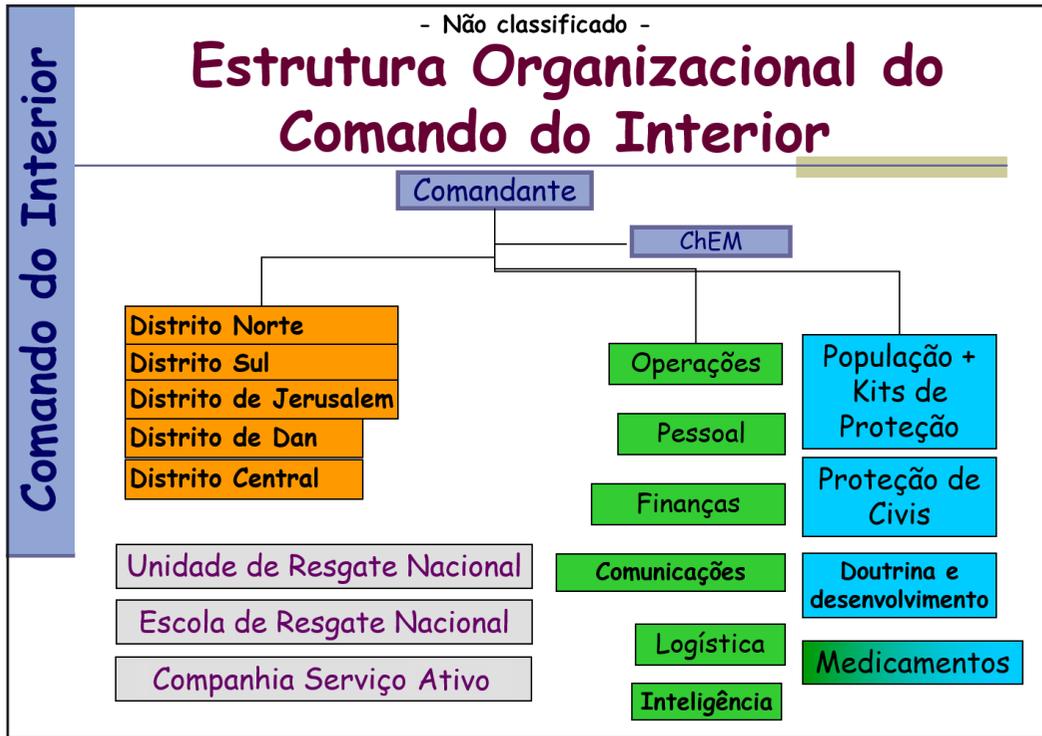


Fig 2 – Estrutura Organizacional do Comando do Interior

Fonte: Apresentação do Comando do Interior (entrevista: Cel Inf Fabrício Moreira de Bastos).

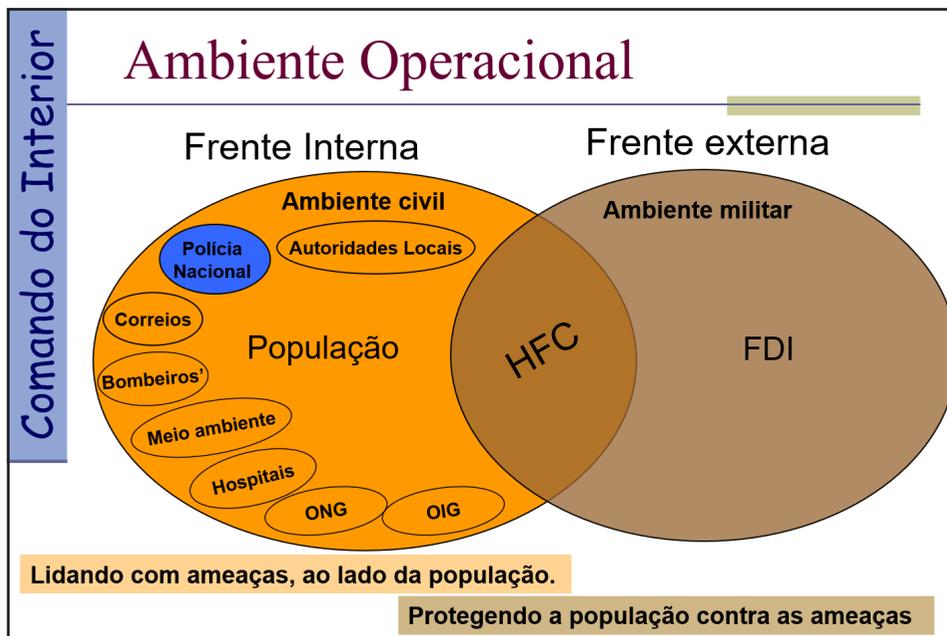


Fig 3 – Atuação do HFG no ambiente operacional

Fonte: Apresentação do Comando do Interior (entrevista: Cel Inf Fabrício Moreira de Bastos).

Pode-se perceber que as FDI possuem uma robusta estrutura de Assuntos Cívicos, para atuar em ambiente doméstico, nos territórios da Cisjordânia e de Gaza ou em apoio a nações amigas. No atual conflito, a ação dessa estrutura tem possibilitado a proteção dos israelenses e a chegada de apoio humanitário aos cidadãos palestinos. Nota-se que essa capacidade operacional é plena, pois verifica-se a existência de doutrina, organização, adiestramento, material, ensino, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI). No Brasil, o Exército possui uma doutrina sobre o tema, mas não existem organizações militares ou cursos de Assuntos Cívicos para capacitar o pessoal. No nível conjunto, a deficiência é ainda maior, pois a doutrina conjunta é ainda incipiente. Assim, pode-se constatar que, apesar das diferenças dos objetivos de estado e de ameaças, os ensinamentos de Israel, particularmente do atual conflito, podem ajudar no desenvolvimento dessa importante capacidade nas Forças Armadas brasileiras.

A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES EM TERRITÓRIO ISRAELENSE

Após o ataque do grupo Hamas, o governo israelense, com o objetivo de proteger a sua

população, evacuou cerca de 70.000 pessoas, de mais de 55 comunidades adjacentes à faixa de Gaza, localizadas até 7 quilômetros da fronteira, em apenas um mês.

Simultaneamente, foram evacuados mais de 60.000 israelenses, de 42 comunidades situadas nas proximidades das fronteiras com o Líbano e a Síria, localizadas até 5 Km da faixa fronteira com os citados países. No total, até maio de 2024, o governo apoiou o deslocamento de aproximadamente 200.000 pessoas de cerca de uma centena de cidades e vilas israelenses.

A operação foi apoiada logisticamente pelas FDI, por meio do Comando do Interior, e por diversos ministérios. Os evacuados foram encaminhados para hotéis e abrigos na porção central e sul do território israelense. Os hotéis das cidades de Tel Aviv e Eilat foram os principais destinos dos deslocados. Recentemente, tais hotéis foram instruídos a se prepararem para receber evacuados até dezembro de 2024, podendo esse prazo ser estendido até 2025. Cabe ressaltar que além de alojamento, a população recebe auxílio financeiro do governo. Atualmente, a situação desses deslocados permanece a mesma, pois não há, ainda, condições de segurança para que retornem às suas residências.



Fig 4 – Evacuação de israelenses das regiões adjacentes à Gaza e ao Líbano até 7 NOV 2023

Fonte: O autor.

A EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES EM GAZA

Realizar uma operação militar em ambiente urbano densamente povoado tem sido um desafio para as tropas israelenses. Neste contexto, ganha relevância a necessidade de evacuação de não combatentes, de modo que

os efeitos colaterais dos ataques sejam evitados ou, pelo menos, amenizados.

Durante a fase inicial da Operação Espadas de Ferro (ataques aéreos e fogos de artilharia), a população da cidade de Gaza, ao norte do enclave, foi orientada a deslocar-se para a região sul, por meio de panfletos lançados pelas FDI. Milhares

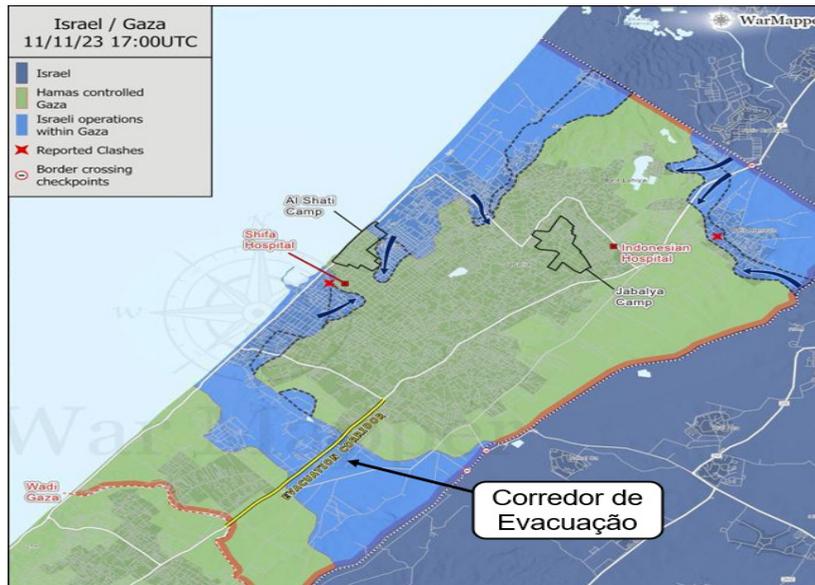


Fig 5 – Corredor de evacuação para o deslocamento dos palestinos para a região sul

Fonte: Mundo News no X: Mapa da situação dos combates em Gaza: <https://t.co/IHmZQdI5T/X>
(Adaptado pelo autor).

de palestinos deslocaram-se utilizando diversos meios, porém, sem o apoio das forças militares.

Após o início da ofensiva terrestre das FDI, ocorrido em 28 de outubro de 2023, e o posterior cerco da cidade de Gaza, foi aberto um corredor de evacuação unilateral, no qual as FDI realizaram a segurança para a população palestina que desejava abandonar a cidade. Estima-se que aproximadamente 800 mil pessoas deixaram a localidade.

Após a ocupação da região norte de Gaza, as FDI lançaram panfletos nas cidades ao leste de Khan Younis, a segunda maior cidade da Faixa de Gaza, orientando a evacuação da região, o que antecipava a intenção de pressionar o grupo armado do Hamas na região sul. Cabe ressaltar que tais cidades haviam recebido centenas de milhares de palestinos oriundos do Norte.

De 24 a 30 de novembro de 2023, houve o único cessar-fogo, até o momento. O acordo inicial, mediado pelo Qatar, estipulou uma pausa de quatro dias nos combates. Com as posteriores prorrogações do acordo, a pausa chegou a sete dias, permitindo a libertação de 110 reféns do Hamas, incluindo 80 israelenses, e a soltura de 240 presos palestinos em Israel. A evacuação dos israelenses para o solo pátrio foi coordenada com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

Após o cessar-fogo, o deslocamento terrestre das tropas israelenses para Khan Younis, localizada no centro da faixa de Gaza, continuou pressionando o movimento de deslocados para o sul, especialmente para a cidade de Rafah,

na fronteira com o Egito, que passou a ser um centro de refúgio para a população e a principal porta de entrada de ajuda humanitária. Deste modo, estima-se que, até abril de 2024, a referida cidade teve a sua população aumentada de 280 mil para 1,4 milhão de palestinos.

No dia 7 de fevereiro de 2024, Benjamin Netanyahu ordenou que as FDI se preparassem para uma operação na cidade de Rafah. Desde então, aviões israelenses passaram a bombardear áreas na localidade, deixando a população apreensiva por não ter um local de destino seguro. Os Estados Unidos e a União Europeia advertiriam os israelenses, afirmando que uma operação não planejada naquela cidade corria o risco de ser um grande desastre. No entanto, os ataques continuaram nos meses subsequentes.

O Direito Internacional Humanitário (DIH), também chamado Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), exige que, antes de um ataque que possa atingir civis, deve ser emitido um alerta, a menos que as circunstâncias não permitam. Desse modo, Israel estabeleceu um sistema para ajudar civis a fugir das zonas de perigo – um mapa on-line interativo com centenas de quarteirões numerados.

Apesar do esforço para evacuação, os israelenses ainda têm sido criticados, pois, segundo uma análise realizada pela Rede BBC, os avisos, normalmente, contêm uma série de erros e informações contraditórias. Além disso, os esforços, por parte de Israel, para ajuda humanitária desses deslocados são considerados quase inexistentes.

Em 7 de abril de 2024, o exército israelense anunciou a retirada da maior parte das suas tropas do sul da Faixa de Gaza, incluindo da cidade de Khan Younis. Uma divisão e uma brigada continuaram posicionadas na região, principalmente ao longo do eixo que corta a Faixa de Gaza em duas partes, linha que impede o retorno dos habitantes de Gaza do sul para o norte. Para especialistas, a retirada foi planejada para que houvesse um período de pausa, de modo que as tropas pudessem

descansar e se reorganizar. Tal movimento propiciou o retorno de dezenas de palestinos que haviam se deslocado para Rafah.

Em 6 de maio de 2024, os israelenses emitiram alerta aos palestinos do leste de Rafah para “saírem imediatamente”, demonstrando a intenção de realizar uma incursão terrestre na cidade. O exército israelense informou que o principal objetivo da operação militar na cidade era “trazer para casa todos os reféns” que estão sob a posse do grupo Hamas.



Fig 6 – Zona humanitária Al-Mawasi

Fonte: Al-Mawasi: Gaza humanitarian zone not humane, evacuees say (bbc.com).

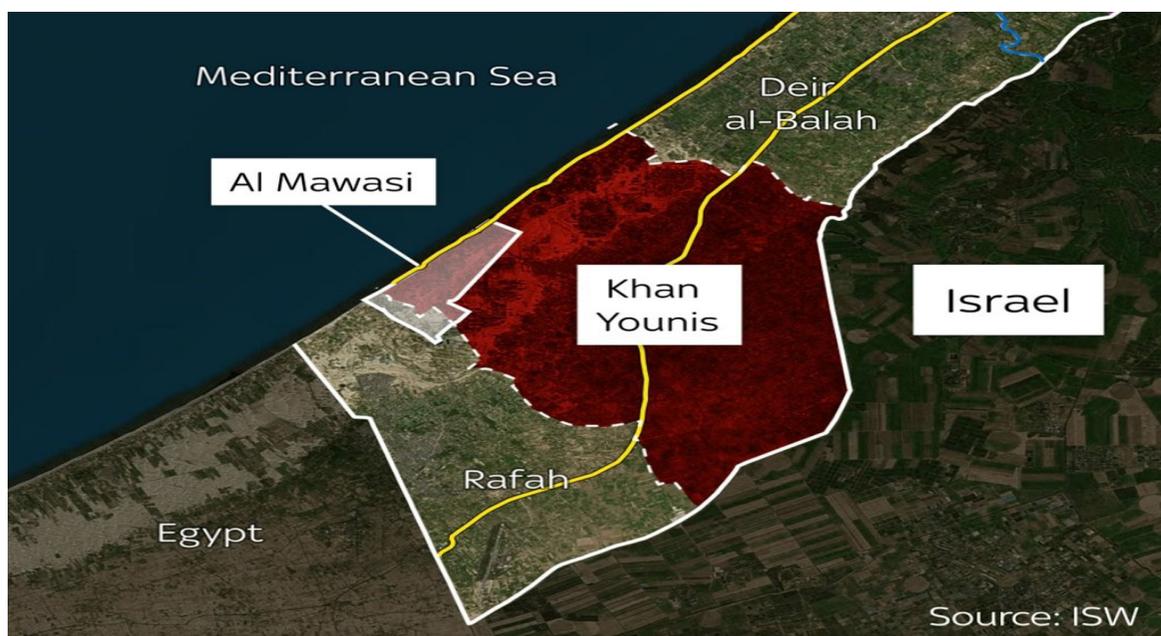


Fig 7 – Localização da zona humanitária Al-Mawasi

Fonte: Rattibha (CNN News).

Os folhetos lançados afirmavam que as FDI estavam prestes a iniciar uma forte operação contra organizações terroristas na região e indicavam como destino seguro a “zona humanitária expandida em Al-Mawasi” – uma área próxima ao litoral, a cerca de 20 quilômetros ao norte de Rafah – onde há, segundo Israel, hospitais de campanha, barracas e alimentação.

No dia 7 de maio, os militares israelenses afirmaram ter assumido o controle operacional do lado palestino da passagem de Rafah. Desde então, o Egito se recusou a coordenar com Israel a entrada de ajuda em Gaza a partir da passagem, devido à “escalada inaceitável” de Israel. Com a interrupção da ajuda humanitária, Israel passou a responsabilizar o Egito pela suspensão da entrega de mantimentos, pois informou que teria condições de continuar coordenando a entrada dos donativos no local.

No entanto, de um modo geral, a opinião internacional apontou Israel como o principal culpado pela interrupção, por ter insistido na realização da operação militar terrestre em uma cidade densamente povoada, mostrando inobservância não somente ao DIH, mas também aos princípios dos Direitos Humanos. Ademais, segundo United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA), desde o início da ação terrestre israelense até meados de maio de 2024, cerca de 450 mil palestinos deixaram Rafah.

Verifica-se que a Operação de Evacuação de Não Combatentes, classificada como uma operação complementar, de acordo com a doutrina vigente, é uma premissa dos conflitos modernos. Esse tipo de operação é fundamental para a proteção de civis e, conseqüentemente, para a conquista da opinião pública nacional e internacional. Tal operação normalmente está relacionada com esforços de ajuda humanitária, sendo relevante a atuação das tropas de Assuntos Civis para a coordenação com as diversas agências presentes na área conflagrada.

O Ministério da Defesa do Brasil possui um manual de operações de evacuação de não combatentes que define as atividades e tarefas que os militares e civis devem realizar. A doutrina foi empregada diversas vezes em situações de normalidade, como na evacuação de brasileiros que viviam na China, durante a pandemia; ao longo do conflito na Ucrânia; e no próprio conflito em Gaza, quando brasileiros foram evacuados de Tel-Aviv, da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Contudo, tal doutrina também pode ser empregada durante conflitos bélicos, cabendo uma maior atenção ao planejamento

desse tipo de operação nas hipóteses de emprego de guerra e em exercícios.

Do exposto, percebe-se que o ambiente operacional hostil, urbano e densamente povoado, além da necessidade de obter apoio da opinião pública interna e externa, tem tornado as operações militares israelenses extremamente complexas. Desse modo, o presente conflito é uma excelente fonte de lições aprendidas.

A CREDIBILIDADE DA AJUDA HUMANITÁRIA

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a maior rede humanitária do mundo, estabeleceu, como marco ético, operacional e institucional, sete princípios fundamentais: humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade (CICV, 2024). Destes, a organização não governamental Médicos Sem Fronteiras (MSF), também uma das maiores do mundo, estabelece a neutralidade, imparcialidade e independência como princípios fundamentais (MSF, 2024), o que reforça a importância desses últimos três para a atividade humanitária.

A neutralidade é um princípio que significa que essas agências não devem tomar partido ou apoiar qualquer lado do conflito. A imparcialidade é o princípio que orienta as agências humanitárias a darem tratamento igualitário a todos, sem favorecer ou discriminar qualquer grupo ou indivíduo, o que inclui a entrega de ajuda humanitária com base nas necessidades das pessoas afetadas, seja qual for a sua afiliação política ou religiosa. A independência, como terceiro princípio, estabelece que as agências humanitárias devem manter sua autonomia, não permitindo ser influenciadas por interesses políticos ou econômicos.

Não somente a aplicação desses três princípios, mas a percepção de que eles estão sendo fielmente seguidos é crucial para a manutenção da credibilidade de uma organização humanitária.

O conflito entre o Hamas e Israel gerou uma robusta demanda de ajuda humanitária, mesclada com um alta complexidade das dimensões humana, informacional e física. Diversas agências governamentais e não governamentais atuaram ou estão atuando para prestar assistência às populações mais vulneráveis afetadas por esse conflito. Entre as agências envolvidas, destaca-se a UNRWA, criada em 1949.

Como a principal agência das Nações Unidas para ajuda humanitária em Gaza, a UNRWA vem enfrentando desafios específicos no conflito, incluindo acusações de envolvimento de funcionários em atividades terroristas e suspensões de financiamento por parte dos principais doadores (CNN, 2024). Cabe ressaltar que a agência possui, em sua maioria, membros palestinos e, possivelmente, mantém relações com o governo do Hamas, desde 2006, quando o grupo islâmico venceu as eleições locais.

Além da UNRWA, outras agências intergovernamentais como o CICV e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) também têm desempenhado atividades de ajuda humanitária no conflito. Em geral, essas agências têm trabalhado para fornecer alimentos, abrigo, assistência médica e outros tipos de suporte essenciais para as comunidades afetadas pela violência.

Um grande desafio das agências humanitárias é a restrição de acesso às áreas afetadas pelo conflito. Com isto, a entrega de ajuda sofre frequentes restrições de acesso, bloqueios e

ações cinéticas dos beligerantes, dificultando o apoio à população em vulnerabilidade.

As áreas ainda controladas pelo Hamas refletem uma parcela desse desafio, pois o nível de segurança oscila constantemente, impedindo a entrega eficaz da ajuda e aumentando o risco para os funcionários civis.

Apesar do estabelecimento de bloqueios, o governo israelense (por meio do COGAT) e os Estados Unidos da América (EUA) têm apoiado a população palestina. Pode-se destacar os esforços do COGAT que coordenou, até 15 de maio de 2024, a entrega de 399.580 toneladas de alimentos, 33.920 toneladas de água, 23.110 toneladas de suprimentos médicos, 59.660 toneladas de equipamento para abrigos, além de grande quantidade de combustível e gás de cozinha.

Demonstrando a necessidade de atuação conjunta, também em operações humanitárias, os EUA estabeleceram a ajuda à população utilizando meios aéreos. Foram realizados, a partir de março de 2024, 99 lançamentos aéreos para a faixa de Gaza, totalizando mais de 9.000 pacotes de ajuda humanitária.



Fig 8 – Lançamento aéreo de ajuda humanitária na Faixa de Gaza

Fonte: correiobraziliense.com.br.

Além disso, os EUA colocaram em funcionamento um píer flutuante pré-montado, construído por seus militares no porto israelense de Ashdod. Os primeiros

caminhões com ajuda humanitária desembarcaram na instalação no dia 17 de maio de 2024, inaugurando o primeiro corredor de ajuda humanitária marítimo na



Fig 9 – Pier para recebimento de ajuda humanitária por meio marítimo, na região de Gaza

Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/05/17/primeiros-caminhoes-com-ajuda-humanitaria-desembarcam-em-pier-construido-pelos-eua-em-gaza.ghtml>.

região. Ainda que contribua com o esforço de ajuda humanitária, a iniciativa sofreu críticas de lideranças palestinas, pois as doações são inspecionadas por Israel, havendo, ainda, a possibilidade de as FDI usarem o pier como base, em um período pós-conflito.

Apesar dos esforços de ajuda humanitária, a suspeita da participação de funcionários locais da Organização das Nações Unidas, filiados ao Hamas, na UNRWA, por parte das FDI, acabou por estimular o estabelecimento de mais bloqueios, limitando ainda mais o acesso a alimentos, medicamentos e outros suprimentos essenciais, o que, por fim, contribuiu para o desabastecimento logístico humanitário (GLOBO, 2024).

A questão da imparcialidade e neutralidade dos funcionários da ONU contratados como *national staff* levantou preocupações sobre a eficácia e a integridade desse trabalho humanitário em um contexto tão delicado e politicamente carregado.

Tal alegação ameaça a confiança das populações afetadas e impede que as agências humanitárias atuem de forma eficaz em áreas de conflito, sugerindo a suspeita de uma assistência humanitária discriminada, ou seja, sem credibilidade.

A não identificação, seja pela população ou pelos beligerantes, da imparcialidade da agência é razão de forte queda de confiança.

A dúvida sobre a representação humanitária no terreno gera alerta e desconfiança nas tropas das FDI, causando reflexos nas doações externas e afastando a população vulnerável, pelo medo de existirem possíveis “infiltrados” no “porto seguro” que restou em Gaza.

Há de se observar que a queda da credibilidade aumenta a vulnerabilidade de agentes humanitários, uma vez que possam ser confundidos ou identificados como colaboradores de um dos lados beligerantes.

Percebe-se que, no conflito em Gaza, devido à falta de confiança entre as instituições militares e civis, certos princípios das Operações Interagências não são seguidos, como: coordenação, cooperação, integração, complementaridade, unidade de esforços e interoperabilidade.

Assim, como síntese parcial, fica a pergunta para análise futura: como os militares devem atuar quando há perda de credibilidade de uma agência humanitária? É importante que tal questionamento faça parte das considerações civis, a fim de que a proteção dos não combatentes esteja garantida nos planejamentos e na condução das operações.

O MOVIMENTO FORÇADO DE MASSAS HUMANAS (ALTERAÇÕES)

A migração humana é um fenômeno complexo, impulsionado por uma larga variedade

de motivações entrelaçadas. Mais do que a mera busca por melhores condições de vida, ela reflete as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais que moldam nosso mundo.

Seja **voluntária ou forçada**, a migração é um processo individual e coletivo, que redefine paisagens e culturas. É um capítulo fundamental na história, um lembrete constante da capacidade de resiliência e do desejo inabalável pela sobrevivência e melhor qualidade de vida.

Em meio ao caos e à violência dos conflitos bélicos, a migração voluntária surge como um instinto fundamental para a sobrevivência humana. Diante da ameaça à vida, à segurança e à dignidade, indivíduos e famílias se veem obrigados a abandonar seus lares, buscando refúgio em terras distantes, na esperança de um futuro menos incerto.

A guerra civil na Síria, iniciada em 2011, já gerou mais de 6 milhões de refugiados, a maior crise migratória da década. Famílias inteiras cruzam fronteiras arriscando suas vidas em busca de segurança, enquanto a comunidade internacional luta para encontrar soluções duradouras para o conflito. No Iêmen, a guerra civil que se arrasta há anos também provocou uma grave crise humanitária, com milhões de pessoas deslocadas e dependentes de ajuda humanitária para sobreviver.

Em relação ao **movimento humano forçado em conflitos armados**, há exemplos de induções, como a evacuação de civis durante a Segunda Guerra Mundial em áreas que se tornaram zonas de combate intenso. Em 1940, durante a Batalha da Grã-Bretanha, o governo britânico organizou a evacuação de crianças de áreas urbanas para o campo, a fim de protegê-las dos bombardeios alemães. Essa medida, embora controversa, contribuiu para minimizar as baixas civis durante os ataques aéreos.

Outro exemplo é a evacuação de civis durante a Guerra da Coreia, em 1950, quando as forças da ONU recuaram diante do avanço das tropas norte-coreanas. A retirada de civis da linha de frente permitiu que os combatentes se concentrassem na defesa de áreas estratégicas, evitando que a população ficasse exposta aos combates.

Em que pese o movimento forçado de massas populacionais possa constituir crime de guerra, por ser considerado uma medida extrema, pode ser justificado em determinadas circunstâncias quando o objetivo seja proteger civis e minimizar os efeitos colaterais de um conflito bélico. Em algumas situações, afastar os não combatentes da área de conflito pode ser necessário para estabelecer um campo de batalha com domínio de combatentes, reduzindo os riscos de danos a populações civis.

Em situação de conflito armado, os decisores nos níveis político, estratégico e tático devem ter a consciência que o movimento forçado de massas populacionais, além de constituir um crime de guerra, pode ser uma ferramenta utilizada para fragilizar o inimigo e explorar o campo informacional, facilitando a ocorrência de efeitos colaterais contra os civis. Esse tipo de ação já foi empregado em conflitos armados como forma de desestabilizar o inimigo, minando sua capacidade de resistência e causando impactos devastadores sobre a população.

Ao forçar a movimentação em massa de civis, os perpetradores visam criar caos e desordem, sobrecarregando recursos humanitários e a infraestrutura, o que pode levar a uma situação de crise humanitária. Essa tática visa não apenas enfraquecer o inimigo, mas também gerar deslocamentos em larga escala que podem ser explorados para manipular a opinião pública e a narrativa do conflito.

Essa prática não apenas viola o Direito Internacional Humanitário, que protege a população civil em tempos de guerra, mas também os Direitos Humanos, por impactar a vida e a dignidade de pessoas. O deslocamento forçado de civis expõe essas pessoas a riscos de violência, abusos, privações e traumas psicológicos, resultando em danos irreparáveis para as comunidades afetadas.

Deve-se considerar que o movimento forçado de massas populacionais pode ser utilizado como uma estratégia de guerra informacional, para quaisquer das partes beligerantes, visando influenciar a percepção pública do conflito e desacreditar o inimigo perante a comunidade internacional.

A manipulação da informação e a disseminação de narrativas distorcidas podem ser usadas para justificar ações militares ou paramilitares, desviando a atenção dos verdadeiros responsáveis pelos danos causados.

Essa modelagem imperativa da dimensão humana em áreas de combate também pode contribuir para a ocorrência de danos colaterais, uma vez que aumenta significativamente o risco de atingir não combatentes e infraestruturas civis. Tal entendimento deixa ainda mais complexo o diagnóstico das reais motivações migratórias em um contexto de conflito não linear.

Contudo, mesmo planejando o movimento populacional com foco na proteção de civis, é importante ressaltar que tal ação deve ser uma medida de último recurso, adotada apenas quando todas as outras opções para proteger não combatentes tenham sido esgotadas. Essa ação deve ser planejada e executada de forma a minimizar os riscos e os traumas para a população civil,

garantindo sua segurança e bem-estar durante o processo de evacuação e reassentamento.

O conflito entre Israel e Hamas, independente das narrativas dos beligerantes, tem apresentado um impacto significativo na população civil, levando, além das perdas humanas e danos a propriedades, um robusto

deslocamento de massa populacional na Faixa de Gaza, criando ainda mais vulnerabilidades aos não combatentes. A retirada de civis da linha de frente permitiu que os combatentes se concentrassem na defesa de áreas estratégicas, evitando que a população ficasse exposta aos combates.

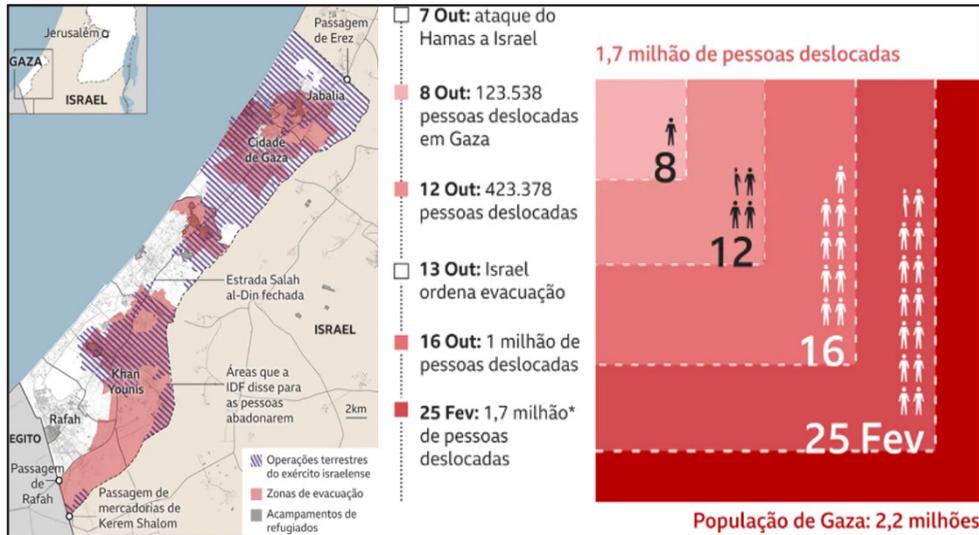


Fig 10 – Linha do tempo da quantidade de deslocados em Gaza

Fonte: Gaza: Os mapas, gráficos e fotos que mostram como vida mudou em meio a conflito com Israel - BBC News Brasil.

Centenas de milhares de palestinos fugiram de suas casas devido aos intensos bombardeios e invasões terrestres, especialmente nas áreas norte e central de Gaza. Muitos se deslocaram para o sul, em direção a Rafah e Khan Younis. Famílias inteiras vivem amontoadas em escolas e abrigos improvisados, com dezenas de pessoas

por sala de aula, outras moram em tendas ou abrigos improvisados em áreas abertas (BBC, 2024). Todavia, a identificação da vantagem estratégica para quaisquer dos beligerantes, promovida pelo movimento populacional, permanece de complexa avaliação com os dados disponibilizados.



Fig 11 – Efeito dos deslocamentos internos para a região de Rafah

Fonte: Gaza: os mapas, gráficos e fotos que mostram como vida mudou em meio a conflito com Israel - BBC News Brasil.

Independente da conjuntura em pauta, sempre foi fundamental o respeito das partes envolvidas no conflito pelo Direito Internacional Humanitário e Direitos Humanos.

Todavia, essa é uma variável incontornável. Ainda que com uma visão mais pessimista do cenário de guerra, deve-se evitar que a evacuação se torne um instrumento de punição ou represália contra a população. Durante o planejamento, é importante ter em mente que o movimento da massa humana é um fato portador de futuro, com criação de demanda humanitária e, muitas vezes, de ressentimentos que atravessam gerações. Além disso, os deslocamentos de civis podem causar vulnerabilidade pela violência social, oportunizada pela ausência de segurança pública durante o conflito.

Pode-se constatar que, caso haja a necessidade de um movimento populacional, deve haver um planejamento para apoiar os deslocados em um destino seguro. Assim, as operações de evacuação de não combatentes devem ser planejadas, sempre que possível, em conjunto com as operações de ajuda humanitária, cabendo, em ambos os casos, um importante papel da capacidade operacional dos Assuntos Cívicos.

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS

O conflito entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza é marcado por acusações mútuas de violações graves do Direito Internacional Humanitário. Apesar de o Hamas ser considerado um ator não estatal por Israel, argumenta-se que o DIH é aplicável a este conflito, tanto por seu caráter costumeiro quanto por se tratar de um conflito armado internacional envolvendo um grupo armado organizado.

Ambas as partes são acusadas de cometer atos que poderiam configurar violações graves do DIH, como ataques intencionais contra a população civil, captura de reféns, uso de civis como escudos humanos e destruição de propriedades civis protegidas. Israel alega estar agindo em legítima defesa, mas suas ações militares são questionadas quanto à proporcionalidade e à legalidade, especialmente considerando seu *status* de potência ocupante na região. Cabe ressaltar que, segundo o Ministério da Saúde, controlado pelo grupo Hamas, até a primeira quinzena de maio de 2024, foram contabilizados mais de

35 mil palestinos mortos e 78 mil feridos pelos ataques israelenses.

As resoluções da ONU, tanto do Conselho de Segurança quanto do Conselho de Direitos Humanos, constituem evidências da prática internacional e influenciam a aplicação do DIH no conflito. Porém, a sua adoção em um conflito assimétrico, entre um Estado e um ator não-estatal, apresenta desafios complexos, especialmente no que se refere à definição de terrorismo e à legitimidade das ações.

Como potência ocupante, Israel tem a obrigação de garantir o respeito aos direitos humanos e ao DIH nas áreas sob seu controle, incluindo Gaza. As possíveis violações cometidas por ambas as partes têm gerado preocupações significativas e demandado uma análise cuidadosa à luz das convenções internacionais.

A contraofensiva israelense levanta questionamentos sobre a proporcionalidade e a legalidade das ações militares, especialmente considerando o status do Hamas como um grupo não estatal. A classificação do Hamas como grupo terrorista por alguns países e a falta de uma definição única de terrorismo no Direito Internacional geram ambiguidades sobre o tratamento legal do grupo e suas ações.

A aplicação das regras do Direito Internacional Humanitário ao Hamas, como um ator não estatal, é um desafio complexo que requer uma análise cuidadosa das Convenções de Genebra e dos princípios do *jus in bello*. As acusações mútuas de violações graves do DIH e os questionamentos sobre a legalidade das ações de ambas as partes evidenciam a necessidade de um diálogo construtivo e de uma resolução pacífica do conflito, com base no respeito aos Direitos Humanos e ao DIH.

ASPECTOS POLÍTICOS E PSICOSSOCIAIS

Logo após o atentado de 7 de outubro, Israel declarou que seu objetivo era destruir completamente o Hamas e resgatar os mais de 250 reféns em poder do grupo palestino. As ações dos israelenses, entretanto, estão refletindo nos níveis político e estratégico, afetando significativamente a geopolítica internacional.

Os EUA, maior potência militar do mundo, possuem aliados na região, dos quais pode-se citar, além de Israel, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Egito, o Líbano e o Qatar. Por outro lado, há um grupo de países não alinhados com os EUA, como o Irã e a Síria.

Após o ataque do Hamas, houve uma grande sensibilização da sociedade, principalmente ocidental, pela defesa de Israel. No entanto, com o início da ofensiva israelense e o crescente número de mortes de palestinos, esse apoio foi diminuindo gradativamente. Atualmente, há uma pressão, do Ocidente e do Oriente, contra as ações israelenses.

Percebe-se que a atuação no ambiente informacional realizada pelo Hamas e seus aliados foi exitosa. Os americanos, tradicionalmente os maiores aliados de Israel, estão pressionando cada vez mais os israelenses para evitar o uso da força na região. Essa atitude está relacionada não somente à pressão internacional, mas também à opinião pública interna, que pode ter peso nas próximas eleições presidenciais. A atitude da União Europeia e da Organização das Nações Unidas também vai na mesma direção, estando o Estado de Israel cada vez mais isolado no cenário internacional.

Cabe ressaltar, ainda, que, com o ataque contra Israel, o Hamas paralisou o movimento de aproximação entre Israel e a Arábia Saudita, capitaneado pelos EUA. Ademais, o grupo islâmico aumentou consideravelmente a sua popularidade em ambos os territórios palestinos - Gaza e Cisjordânia (governada pela ANP).

Em nível internacional, cada vez mais países pressionam Israel a aceitar um cessar-fogo. A África do Sul, por exemplo, após o início das ações terrestres em Rafah, acusou Israel na Corte Internacional de Justiça (CIJ), órgão da ONU, classificando a ação em Gaza como um genocídio e pedindo ao tribunal que ordenasse a interrupção imediata da ofensiva israelense. Em 16 de maio de 2024, autoridades espanholas recusaram a escala de um navio mercante sob bandeira dinamarquesa em portos espanhóis por transportar armas para Israel. Em 20 de maio de 2024, o promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI) orientou que fossem expedidos mandados de prisão contra líderes israelenses (o Presidente e o Ministro da Defesa) e do Hamas por alegada responsabilidade em relação a crimes de guerra e contra a humanidade cometidos em Israel e Gaza.

A Assembleia Geral da ONU, por sua vez, adotou, no dia 10 de maio de 2024, uma resolução que apoia a entrada da Palestina como membro pleno da organização, indo claramente de encontro aos interesses israelenses. A resolução foi apresentada pelos Emirados Árabes Unidos, sendo aprovada por 143 países. O texto traz uma recomendação para que o Conselho de

Segurança seja favorável à questão.

No nível político-estratégico, verifica-se que o modelo de governança para a Faixa de Gaza, para o período pós-conflito, está longe de ser definido. Israel não admite a continuação do grupo Hamas no poder nem a assunção da Autoridade Nacional Palestina, que governa a Cisjordânia. Nesse contexto, surgem como principais países mediadores, o Egito e o Qatar. Contudo, o mundo árabe é contrário a um governo israelense, mesmo que temporário, na região. O sentimento palestino é reverberado em todo mundo islâmico, o que dificulta sobremaneira a atuação israelense, desde o nível político até o tático.

Em fevereiro de 2024, autoridades israelenses afirmaram ter um plano para administração de faixa de Gaza. Seriam criados "bolsões humanitários" em distritos de onde os integrantes do Hamas foram expulsos, que seriam governados por palestinos que não fossem ligados ao Hamas nem à ANP. Essa administração serviria de teste para um futuro governo no pós-guerra. Todavia, o Hamas mostrou-se totalmente contrário, afirmando que esse plano significaria uma reocupação de Israel na região.

Depois de sete meses de conflito, Benny Gantz, ex-ministro da defesa e membro do gabinete de guerra de Israel, deu o prazo de 8 de junho para que o governo estabeleça um plano para a contenda, ameaçando se retirar do governo, caso as demandas não sejam atendidas. Segundo ele, o documento deveria conter o planejamento para a eliminação do Hamas; o resgate dos reféns israelenses; o estabelecimento de um governo alternativo na Faixa de Gaza; o retorno da população ao norte de Israel; e continuação das negociações de acordos com a Arábia Saudita. Pode-se inferir que a cobrança de Gantz refere-se à definição de um Estado Final Desejado (EFD), que parece não ter sido claramente planejado pelo governo de Benjamin Netanyahu.

Outro fator que dificulta as ações dos israelenses é o sentimento que nutre boa parte da população, de ambos os lados. O povo israelense já se acostumou a ser alvo de mísseis oriundos de Gaza (Hamas) e do Líbano (Hezbollah), ao mesmo tempo que os palestinos reclamam da criação de assentamentos judeus na Cisjordânia e clamam pela formação de um Estado palestino. Assim, para ambos os povos, a guerra e a violência tornaram-se partes intrínsecas da vida cotidiana, gerando traumas intergeracionais e uma cultura de resistência e medo.

A desconfiança mútua é reforçada por narrativas históricas divergentes, onde ambos os lados se percebem como vítimas e herdeiros de direitos históricos legítimos sobre a mesma terra, alimentando um ciclo contínuo de violência e represálias, dificultando a reconciliação e a coexistência pacífica em um ambiente militarizado e tenso. A rivalidade também transcende as fronteiras do Oriente Médio, impactando a diáspora árabe e judaica ao redor do mundo.

O sentimento de ódio, mágoa e ressentimentos entre os povos foi fortalecido pelo atentado de 7 de outubro e pelos consequentes ataques israelenses. Cabe ressaltar, ainda, que o Hamas está no governo de Gaza desde 2006, quando Israel retirou todos os seus cidadãos da região. As organizações lá existentes, como a UNRWA, são formadas por palestinos, muitos deles com laços familiares com representantes do Hamas. Além disso, o governo do Hamas, detentor do controle sobre todos os campos do poder, teve tempo suficiente para inserir um sentimento antissemita na população.

Ademais, o objetivo de aniquilação do Hamas parece ser utópico, pois existem integrantes do grupo palestino no exterior e um potencial número de novos membros, ressentidos por perdas materiais e familiares, causadas por Israel. Todo esse cenário praticamente impossibilita a realização de uma tática de conquista de “corações e mentes” pelos israelenses e facilita o surgimento de novos movimentos insurgentes na área de operações, o que traz perspectivas negativas para a fase de normalização. Ademais, uma governança civil-militar do território por Israel implicaria em grandes gastos financeiros e na necessidade de contínua de mobilização militar.

No conflito Israel-Hamas, constata-se que a garantia da proteção de civis um desafio ao Estado israelense, sendo a principal causa da perda de apoio político em âmbito internacional. Assim, é possível perceber que os objetivos políticos do Estado, em caso de crises, devem levar em conta os cenários interno e externo, incluindo as questões culturais. Em um mundo globalizado, no qual o ambiente informacional possui grande influência na população, a opinião pública internacional tende a afetar a liberdade de ação estatal. Assim, é nítido que, quando for necessário o esforço bélico, este deve estar alinhado com tais preceitos, de modo a garantir que a campanha militar propicie a conquista dos objetivos políticos.

Simultaneamente, a falta de um planejamento do pós-conflito, incluindo a normalização e a reversão, deixam as tropas sem um norte definido. Nessas fases, as atividades e tarefas de assuntos civis tendem a ter um protagonismo, pois, muitas vezes, as capacidades militares suprem as deficiências do estado. Além disso, o plano de reversão deve ser realizado com o apoio de especialistas de assuntos civis, que devem prever um planejamento de reversão, passando as responsabilidades para as organizações civis.

As dificuldades de obtenção de apoio, por parte do governo israelenses, em ambiente doméstico e internacional, é evidente. Para evitar tal situação, é importante que haja uma companhia informacional, interna e externa, de modo a propiciar liberdade de ação e garantir o alcance do Efeito Final Desejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito em Gaza evidencia a grande importância da proteção de civis nos conflitos modernos. A morte de milhares de palestinos e a ajuda humanitária insuficiente mostraram-se como desafios para a manutenção do apoio político da comunidade internacional a Israel.

Nesse cenário, também cabe destacar a existência de unidades de assuntos civis em Israel, que atuam permanentemente nos territórios palestino e israelense, estabelecendo ligações com as diversas agências, governamentais e não governamentais. A criação de um curso ou estágio para habilitação de recursos humanos e de uma organização militar de Assuntos Civis na Força Terrestre, nos moldes do que existe em Israel, poderia impulsionar o desenvolvimento dessa importante capacidade operacional no Brasil.

O movimento populacional que tem ocorrido no enclave de Gaza confirma a importância das operações de evacuação de não combatentes nos resultados dos conflitos. É importante ressaltar que a população deve ser conduzida para locais seguros, onde possa ter acesso aos serviços básicos. Deste modo, constata-se que os planejamentos dos deslocamentos de civis e da ajuda humanitária devem, sempre que possível, ser complementares, havendo a necessidade da participação das diversas agências presentes na área de operações.

O fato de Israel, após sete meses de conflito, ainda não possuir um EFD bem definido, particularmente no que se refere à governança do território para o período pós-

conflito, tem causado problemas na definição dos objetivos militares, o que favorece a atuação do grupo Hamas. Assim, apesar de Israel possuir a capacidade operacional de Assuntos Cívicos bem desenvolvida, constata-se que suas atividades e tarefas não refletem positivamente no nível político.

Assim sendo, pode-se concluir que, somente com uma análise pormenorizada das considerações cívicas em todos os níveis, é possível realizar um planejamento militar eficaz em todas as fases do processo operativo, que permita transformar o sucesso militar em uma vitória política.

REFERÊNCIAS

- BBC. **Al-Mawasi: Gaza humanitarian zone not humane, evacuees say**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-67646964>. Acesso em: 17 Maio 2024.
- Israel diz ter tomado controle de passagem de Rafah em Gaza: porque cidade é tão estratégica**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz7426gy8jdo>. Acesso em: 9 Maio 2024.
- Por que o Hamas atacou Israel agora?** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw8xgx65j-7vo>. Acesso em: 24 Abr 2024.
- BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Proteção de Cívicos**. EB70-MC-10.250. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Processo De Planejamento e Condução Das Operações Terrestres (PPCOT)**. EB70-MC-10.211. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Ajuda Humanitária**. EB70-MC-10.236. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2023.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Operações Interagências**. EB70-MC-10.248. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Assuntos Cívicos**. EB70-MC-10.251. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Proteção de Cívicos**. EB70-MC-10.250. 1. ed. Brasília, DF: COTER, 2021.
- Exército. Comando de Operações Terrestres. **Processo De Planejamento e Condução Das Operações Terrestres (PPCOT)**. EB70-MC-10.211. 2. ed. Brasília, DF: COTER, 2020.
- CBN.GLOBO. **Israel anuncia ter assumido 'controle operacional' de passagem de Rafah ao Egito**. Disponível em: <https://cbn.globo.com/mundo/noticia/2024/05/07/israel-anuncia-ter-assumido-controle-operacional-de-passagem-de-rafah-ao-egito.ghtml>. Acesso em: 15 Maio 2024.
- CNN. **Forças israelenses intensificam ataques em Rafah, no sul de Gaza**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/forcas-israelenses-intensificam-ataques-em-rafah-no-sul-de-gaza/>. Acesso em: 27 Abr 2024.
- Israel-Gaza News**. Disponível em: https://edition.cnn.com/middleeast/live-news/israel-hamas-war-gaza-news-05-19-24/h_8919ce42367d63bdac14f472708eee65. Acesso em: 19 Maio 2024.
- Israel propõe "bolsões humanitários" governados por palestinos em Gaza**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/israel-propoe-bolsoes-humanitarios-governados-por-palestinos-em-gaza/>. Acesso em: 17 Maio 2024.
- Militares israelenses ordenam que palestinos de Rafah deixem partes da cidade**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/militares-israelenses-ordenam-que-civis-palestinos-de-rafah-evacuem-imediatamente/>. Acesso em: 7 Maio 2024.
- O que sabemos sobre o plano de cessar fogo proposto pelo Hamas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-sabemos-sobre-o-plano-de-cessar-fogo-proposto-pelo-hamas/>. Acesso em: 8 Maio 2024.
- Trégua entre Israel e Hamas entra no último dia com 175 pessoas libertadas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/tregua-entre-israel-e-hamas-entra-no-ultimo-dia-com-175-pessoas-libertadas/>. Acesso em: 24 Abr 2024.
- CONSULTOR JURÍDICO. **O conflito entre Israel e o Hamas à luz do Direito Internacional**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-out-23/tatiana-squeff-israel-hamas-luz-direito-internacional/>. Acesso em: 17 Maio 2024.
- CORREIO BRAZILIENSE. **EUA usam aviões para arremessar mantimentos na Faixa de Gaza**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/03/6812206-eua-usam-avioes-para-arremessar-mantimentos-na-faixa-de-gaza.html>. Acesso em: 17 Maio 2024.
- EURONEWS. **Espanha recusou autorização para escala a navio que transportava armas para Israel**. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/05/16/espanha-recusou-autorizacao-para-escala-a-navio-que-transportava-armas-para-israel>. Acesso em: 18 Maio 2024.
- GLOBO.G1. **5º grupo de reféns é solto pelo Hamas; 30 palestinos são libertados por Israel**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/28/5o-grupo-de-refens-e-solto-pelo-hamas-30-palestinos-devem-se-libertados-por-israel.ghtml>. Acesso em: 24 Abr 2024.
- Infográfico: como foi a ação do Hamas para invadir Israel**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/12/infografico-como-foi-a-acao-do-hamas-para-invadir-israel.ghtml>. Acesso em: 24 Abr 2024.

Primeiros caminhos com ajuda humanitária desembarcam em píer construído pelos EUA em Gaza. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/05/17/primeiros-caminhoes-com-ajuda-humanitaria-desembarcam-em-pier-construido-pelos-eua-em-gaza.ghtml>. Acesso em: 20 Maio 2024.

Procuradoria da Corte Internacional de Justiça pede prisão de Benjamin Netanyahu e líderes do Hamas. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/05/20/procuradoria-da-corte-internacional-de-justica-pede-prisao-de-benjamin-netanyahu-e-lideres-do-hamas.ghtml>. Acesso em: 20 Maio 2024.

GORGA, E. A Intervenção do Direito Internacional Humanitário nos conflitos armados praticados por Israel, ocorridos na Faixa de Gaza. Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania, Ribeirão Preto, n. 7, p. 543- 556, out. 2019. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/download/1573/1424/6102>. Acesso em: 17 Maio 2024.

INFOMONEY. Pela 1ª vez, ajuda humanitária entra em Gaza por meio de píer construído pelos EUA. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mundo/pela-1a-vez-ajuda-humanitaria-entra-em-gaza-por-meio-de-pier-construido-pelos-eua/>. Acesso em: 20 Maio 2024.

Tanques israelenses avançam em Rafah e civis desabrigados fogem novamente. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mundo/tanques-israelenses-avancam-em-rafah-e-civis-desabrigados-fogem-novamente/>. Acesso em: 17 Maio 2024.

ISRAEL. Coordination of Government Activities in the Territories. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/aboutcogat>. Acesso em: 8 Maio 2024.

Coordination of Government Activities in the Territories. Lecture. **COGAT Presentation.** State of Israel. Ministry of Defense. Tel Aviv. 10 Maio 2024.

Home front Command. Lecture. **Home front Command – saving lives without borders.** State of Israel. Ministry of Defense. Tel Aviv. 10 Maio 2024.

Sword of Iron Humanitarian Efforts. Disponível em: <https://govextra.gov.il/cogat/humanitarian-efforts/home/>. Acesso em: 8 Maio 2024.

The Home Front Command’s Golden Triangle. Disponível em: <https://www.idf.il/en/articles/2023/the-home-front-command-s-golden-triangle-1/>. Acesso em: 8 Maio 2024.

JOTA. O que o direito internacional humanitário diz sobre a guerra entre israel e o hamas. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-que-o-direito-internacional-humanitario-diz-sobre-a-guerra-entre-israel-e-o-hamas-27102023?non-beta=1>. Acesso em: 10 Maio 2024.

JOVEM PAN. EUA alertam Israel que operação não planejada em Rafah seria um ‘desastre. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/eua-alertam-israel-que-operacao-nao-planejada-em-rafah-seria-um-desastre.html>. Acesso em: 17 Maio 2024.

JURÍDICO CERTO. Violação ao Direito Internacional Humanitário-conflito entre Hamas e Israel. Disponível em: <https://juridicocerto.com/p/ff-advogados-associ/artigos/violacao-ao-direito-internacional-humanitario-conflito-entre-hamas-e-israel-10-2023-6602> <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-papel-do-direito-internacional-na-guerra-entre-israel-e-o-hamas-inter-armas-silent-leges>. Acesso em: 2 Maio 2024.

MUNDO NEWS. Mapa da situação de combates em Gaza. Disponível em: https://x.com/Mundo_News/status/1721660650848461230. Acesso em: 25 Abr 2024.

OBSERVADOR. Cerca de 450 mil pessoas fogem de Rafah enquanto Israel avança a oeste da cidade. Disponível em: <https://observador.pt/2024/05/14/cerca-de-450-mil-pessoas-fogem-de-rafah-enquanto-israel-avanca-a-oeste-da-cidade/>. Acesso em: 17 Maio 2024.

O GLOBO. EUA buscam ‘plano B’ após guerra em Gaza travar acordo entre Israel e Arábia Saudita. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/12/eua-buscam-plano-b-apos-guerra-em-gaza-travar-acordo-entre-israel-e-arabia-saudita.ghtml>. Acesso em: 19 Maio 2024.

Mortes em gaza revelam desafios de entrega de ajuda humanitária em meio a conflito entre israel e hamas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/03/01/mortes-em-gaza-revelam-desafios-de-entrega-de-ajuda-humanitaria-em-meio-a-conflito-entre-israel-e-hamas.ghtml>. Acesso em: 10 Maio 2024.

Militares de Israel pressionam governo por plano pós-guerra em meio a reagrupamento do Hamas no norte de Gaza. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/14/militares-de-israel-pressionam-governo-por-plano-pos-guerra-em-meio-a-reagrupamento-do-hamas-no-norte-de-gaza.ghtml>. Acesso em: 18 Maio 2024.

Mortes em gaza revelam desafios de entrega de ajuda humanitária em meio a conflito entre Israel e Hamas. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/10/assembleia-geral-da-onu-adota-resolucao-de-apoio-ao-estado-palestino.ghtml>. Acesso em: 10 Maio 2024.

O TEMPO. Entenda como foi o ataque terrorista do hamas em Israel no 7 de outubro. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/entenda-como-foi-o-ataque-terrorista-do-hamas-em-israel-no-7-de-outubro-1.3254560>. Acesso em: 24 Abr 2024.

PLANETA. Qual a importância estratégica de Rafah para Israel? Disponível em: <https://revistaplaneta.com.br/qual-a-importancia-estrategica-de-rafah-para-israel/>. Acesso em: 17 Maio 2024.

RATTIBAH. This isn’t merely genocide or ethnic cleansing, but a War on Refugees, in which Israel both creates refugees and then targets or. Disponível em: <https://en.rattibha.com/thread/1725907125937778953>. Acesso em: 17 Maio 2024.

SPUTNIK. Câmara dos EUA aprova projeto de lei para obrigar a entrega de armas retidas a Israel. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240516/camara-dos-eua-aprova-projeto-de-lei-para-obrigar-a-entrega-de-armas-retidas-a-israel-34644576.html>. Acesso em: 20 Maio 2024.

TERRA. Egito se recusa a coordenar a entrada de ajuda na passagem de Rafah com Israel, informa a Alqahera News. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/egito-se-recusa-a-coordenar-a-entrada-de-ajuda-na-passagem-de-rafah-com-israel-informa-a-alqahera-news,27d503b5350019e946619e76daa03bb1f1bqwlh.html>. Acesso em: 17 Maio 2024.

Israel ataca torre residencial histórica em Rafah em meio a negociações complicadas. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/israel-ataca-torre-residencial-historica-em-rafah-em-meio-a-negociacoes-complicadas,dal1da15c4cf2658c3268ec79fe6e412bhejy9fyu.html>. Acesso em: 17 Maio 2024.

Israel diz que expansão de operação militar tem objetivo de recuperar reféns. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/israel-diz-que-acao-em-rafah-tem-objetivo-de-recuperar-refens,beedd5270a671de1dd7fb68cf64b5e6dgm0x4v7.html>. Acesso em: 17 Maio 2024.

Israel e Egito trocam acusações de culpa por fechamento de passagem de Rafah. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/israel-e-egito-trocam-acusacoes-de-culpa-por-fechamento-de-passagem-de-rafah,6eafa495f941c7e7690474f1919f0a59y03pji.html>. Acesso em: 17 Maio 2024.

Tropas israelenses voltam a Khan Younis; corpos são encontrados nas ruínas de hospital. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2024/04/07/apos-pessao-exercito-de-israel-se-retira-do-sul-da-faixa-de-gaza-no-7-mes-de-guerra.htm>. Acesso em: 6 Maio 2024.

THE TIMES OF ISRAEL. IDF drops flyers warning Gazans against approaching Israeli, Egyptian borders. Disponível em: https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/idf-drops-flyers-warning-gazans-against-approaching-israeli-egyptian-borders/. Acesso em: 7 Maio 2024.

UFSC. O Papel do Direito Internacional na Guerra entre Israel e o Hamas: inter armas silent leges? Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-papel-do-direito-internacional-na-guerra-entre-israel-e-o-hamas-inter-armas-silent-leges>. Acesso em: 17 Maio 2024.

UOL. Após pressão, exército de Israel se retira do sul da Faixa de Gaza no 7º mês de guerra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/tropas-israelenses-voltam-a-khan-younis-corpos-sao-encontrados-nas-ruinas-de-hospital,7ce76d8ccdc61fc9b8be789d86fd85a37p04u65.html>. Acesso em: 25 Abr 2024.

Israel intensifica ataques contra Rafah; família numerosa é morta em casa. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/02/21/israel-intensifica-ataques-contra-rafah-familia-numerosa-e-morta-em-casa.htm>. Acesso em: 17 Maio 2024.

ONU pede investigação internacional sobre violações do direito na guerra israel-hamas. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/11/16/onu-pede-investigacao-internacional-sobre-violacoes-do-direito-na-guerra-israel-hamas.htm>. Acesso em: 10 Maio 2024.

O que é a UNRWA: agência da ONU atua desde 1949 com refugiados. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/01/28/unrwa-essencial-para-milhoes-de-palestinos.htm>. Acesso em: 20 Maio 2024.

UE alerta Israel contra "catastrófica" ofensiva em Rafah. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/02/19/ue-alerta-israel-contra-catastrofica-ofensiva-em-rafah.htm#:~:text=BRUXELAS%20%28Reuters%29%20-%20Os%20países%20da%20União%20Europeia%2C,amontoados%20na%20cidade%20do%20extremo%20sul%20de%20Gaza.> Acesso em: 17 Maio 2024.

VEJA. Após fim de cessar-fogo, Israel divulga mapa com rotas de fuga em Gaza. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/apos-fim-de-cessar-fogo-israel-divulga-mapa-com-rotas-de-fuga-em-gaza/>. Acesso em: 8 Maio 2024.

SOBRE OS AUTORES

O Coronel de Infantaria R/1 MAURÍCIO VALENÇA DA CRUZ é formulador doutrinário do Centro de Doutrina do Exército. Foi declarado aspirante a oficial em 1992, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) estabelecimento de ensino no qual foi instrutor. É doutor em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pós-graduado em Altos Estudos em Defesa, pela Escola Superior de Guerra. Foi aluno e instrutor da Academia de Guerra do Chile (ACAGUE), observador militar na Missão das Nações Unidas no Sudão, oficial de coordenação civil-militar do BRABAT na MINUSTAH, comandante do 15º Batalhão de Infantaria Motorizado e chefiou a delegação brasileira na Operação *Culminating*, nos Estados Unidos da América. (valenca.mauricio@eb.mil.br).

O Major de Infantaria ALEXANDRE SHOJI é formulador doutrinário do Centro de Doutrina do Exército. Foi declarado aspirante a oficial em 2004, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). cursou a EsAO e defendeu dissertação de mestrado acerca de Assuntos Civis em 2013. Compôs o 6º Contingente Brasileiro de Força no Paz no Haiti, foi instrutor e Chefe da Seção CIMIC no Centro de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). Possui curso de Especialista em Missão de Paz pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Chile (CECOPAC) e curso de Observador Militar pelo CCOPAB. Foi observador militar na Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Centro Africana, atuando como oficial de Informações, Operações e CIMIC em *Team Site* e na Célula de Coordenação de Observadores Militares do Quartel General. No biênio 2020-2021 frequentou o Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME. Em 2022, atuou como mentor CIMIC na Operação Viking 22 e foi painelistas sobre Desarmamento, Desmobilização e Reintegração no 2º Simpósio de Assuntos Civis do EB. No biênio 2022-2023 foi relator do tema e coordenador da direção do exercício na Operação Paraná III, 1ª e 2ª fases. (shoji.alexandre@eb.mil.br).